

S
K
E
A
P

Paulo Tormenta Pinto

**Território, Património e Ideologia –
Experiências pedagógicas no ensino
de Projeto Final de Arquitetura
do ISCTE-IUL**



1. Introdução

No âmbito da reunião da *Rede PHI - Património Histórico e Cultural Ibero-americano*, realizada na Universidade de Coimbra, entre 17 e 21 de novembro de 2014, debateram-se os processos pedagógicos e metodológicos de orientação dos estudantes de arquitetura, face às questões do património.

A inversão do ciclo de crescimento urbano que se tem verificado na península Ibérica, nomeadamente na última década, coincide com a abertura de um processo de discussão em torno da delimitação de lugares, ou edifícios com valor patrimonial. Ao existir uma concentração da atenção das políticas públicas para processos de intervenção sobre as áreas construídas, tem vindo a relativizar-se a autonomia conceptual inerente aos bens herdados de valor histórico e/ou cultural. A tradicional separação urbanística entre ‘áreas urbanizáveis’ e ‘áreas de proteção’ surge esbatida na consciência contemporânea, estabelecendo-se o centro do debate em torno do compromisso da reabilitação e regeneração urbana. A nova *Lei de Bases da Política dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo*, que entrou em vigor em Portugal, em junho de 2014, é disso exemplo. Prevendo medidas de contenção da expansão urbana, este novo instrumento classifica solo em duas classes – solo rústico ou urbano – sendo erradicada a classificação de solo urbanizável. Deste modo, limita-se a existência de terrenos expectantes, promovendo-se a contenção dos perímetros urbanos e a reabilitação das cidades (Silva, 2013).

É neste contexto que a genealogia e mutação dos lugares se transforma em matéria fundamental projeto, convertendo-se os extratos temporais de sedimentação dos sítios em dados fundamentais das intervenções. Esta consciência de um tempo longo, remete para um desejo de reconciliação entre passado, presente e futuro, através de processos seletivos capazes de enquadrar discursos de leitura associados a representações dos lugares que permitam [re]construir uma ideia de novidade, mesmo ‘operando num terreno densamente ocupado’.

Os processos de sedimentação urbana espelham o modo como ideologicamente as comunidades foram capazes de lidar com os vários ciclos económicos. Os programas e agenciamentos inerentes a essas políticas territoriais enquadram do ponto de vista morfológico as várias opções arquitetónicas ou urbanas, funcionando como suporte intelectual para uma historiografia crítica associada a cada lugar e intervenção.

2. A Colina das Amoreiras em Lisboa

A Colina das Amoreiras serviu de delimitação territorial para um trabalho realizado no contexto da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL, no ano letivo 2012-2013. Esta área da cidade de Lisboa apresentou-se com potencial de base para se lançar, junto dos estudantes, um debate sobre o modo como os processos ideológicos se expressam no território urbano. Para tal foi lançado um programa

habitacional com vista à realização de projetos para quatro casas, pensadas enquanto protótipo capaz de enquadrar as posições idealistas dos próprios estudantes face a um futuro próximo de duas décadas.

A sobreposição de várias camadas temporais modelou ao longo do tempo a morfologia urbana da Colina das Amoreiras, foi com base neste processo que se definiu a orientação crítica de acompanhamento dos trabalhos dos estudantes, trazendo para o debate o *pathos* do arquiteto contemporâneo, coagido a “operar com precisão, na densidade de um campo densamente ocupado e num período de descrença da dimensão redentora da própria construção” (Pinto, 2015). Para a elaboração das quatro casas os estudantes foram levados a encontrar no emaranhado da cidade naquele local, um sítio com capacidade de ser transformado de modo a acolher os projetos e os novos desígnios habitacionais propostos.

O processo de urbanização, iniciado no século XVIII na zona da Colina das Amoreiras, sobrepôs-se aos terrenos até então ocupados por quintas,azinhas e edifícios religiosos implantados nas aforas do cerco fernandino. O Aqueduto e a Mãe de Água espelham o impulso urbanístico setecentista para o local.

A partir do amplo terraço do reservatório desenhado por Carlos Mardel (1696-1763) ainda no período joanino, é possível observar a malha de quarteirões implantada no local a seguir ao terramoto de 1755. Este novo Bairro das Águas Livres, configurado segundo plano de Mardel e Eugénio dos Santos (1711-1760), receberia um núcleo destinado às indústrias manufatureiras, após as terraplanagem da topografia das quintas e dos caminhos que ali existiam.

Ao centro do novo Bairro, seria disposta em 1771, por ordem do Marquês de Pombal (1699-1782), uma tapada arbórea constituída por 331 Amoreiras. Esta tapada, ou “praça nova” como foi denominada por Mardel, converteu-se num campo de produção de matéria prima, enquadrando-se num ambicioso sistema produtivo e social, gizado para o local, em que tanto a morfologia da cidade, como a forma dos seus edifícios se converteu em alicerce fundamental para a implementação do processo de fabricação de sedas, louças e pentes (Ibid). Cruzando este sistema urbano, sobressai um eixo de ligação no sentido nascente / poente, ligando a antiga casa dos Padres da Congregação do Oratório de São Filipe Nery (entretanto demolida), à Capela de Nossa Senhora de Monserrate, esta última construída, em 1768, entre os arcos do aqueduto por iniciativa da Irmandade dos Fabricantes de Seda, em terreno concedido pelo Rei Dom José I, para substituir uma barraca de madeira, onde celebravam o culto (Cf. SIPA).

A vocação manufatureira fino setecentista da colina das Amoreiras, foi dando lugar, a partir do século XIX à constituição de um núcleo industrial, potenciador de uma grande concentração de vilas e pátios de ocupação operária. Estas estruturas habitacionais, implantando-se em parte da propriedade dos empresários, apresentava-se como modelo de acolhimento do operariado proveniente de fora da cidade.

Muitas destas tipologias ainda hoje são visíveis naquela área de Lisboa, outras foram entretanto apagadas do tecido urbano, tal como o pátio do Biaggi, implantado nas traseiras da Capela de Nossa Senhora de Monserrate, demolido no início da década de 1950, até então um dos maiores da capital (Cf. Pereira, 1994). A repetição das unidades habitacionais de pequena dimensão era colmatada com processos de vida comunitários, construídos informalmente pelos habitantes e potenciados pela identidade destas estruturas. As Vilas Reis e Sérgio implantadas no topo da colina, ou a Vila Raul, já na proximidade de Campolide, são algumas das estruturas existentes no local, espelhando, na expressão da sua decadência, os modelos positivistas e higienistas que caracterizaram o advento industrial oitocentista.

É no limiar do período ditatorial do Estado Novo que se inicia o processo de inversão industrial na zona das Amoreiras. O seu posicionamento no limite ocidental da cidade, implicou esta área da cidade no desenvolvimento territorial gizado pelo urbanista suíço Alfred Donat Agache (1875-1959), em 1933, aquando seu plano para a Costa do Sol. A Rua Dom João V seria aberta em 1943, adquirindo protagonismo enquanto artéria de escoamento da cidade para a primeira autoestrada nacional, de ligação da capital com os territórios de expansão suburbana, planeados por Agache a pedido do Ministro da Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco (1900-1943). A via rasgaria a quinta da Duquesa de Palmela, uma das últimas que à época ainda existia no local, ligando ao Largo do Rato que desta forma reassumia o seu papel de “terreiro” de distribuição dos acessos ao centro de Lisboa, quer fosse pela Rua da Escola Politécnica (antiga Rua Direita da Cotovia), quer fosse pela linear Rua Alexandre Herculano (que no final de oitocentos substituíra na função a Calçada do Salitre). A habitação da classe média estado-novista viria a ocupar os prédios de rendimento que os arquitetos Raul Tojal (1899-1969), Pardal Monteiro (1897-1957), Lucínio Cruz (1914-1999) e Vasco Pereira de Lacerda desenharam naquela faixa periférica de Lisboa, entre 1944 e 1953. Ainda no período do Estado Novo, Manuel Tainha (1922-2012) desenharia nos terrenos da antiga quinta, o Plano de Pormenor da Praça das Águas Livres (Cf. Arquitectura, 1959), incorporando uma autonomia programática própria do Movimento Moderno, servindo de suporte ao Bloco das Águas Livres erguido, segundo projeto de Nuno Teotónio Pereira (n. 1922) e Bartolomeu Costa Cabral (n. 1929), de 1953. Já na década de 1960 a importância estratégica da Colina das Amoreiras seria reforçada com o nó rodoviário de ligação à Ponte sobre o Tejo, concluída em 1966.

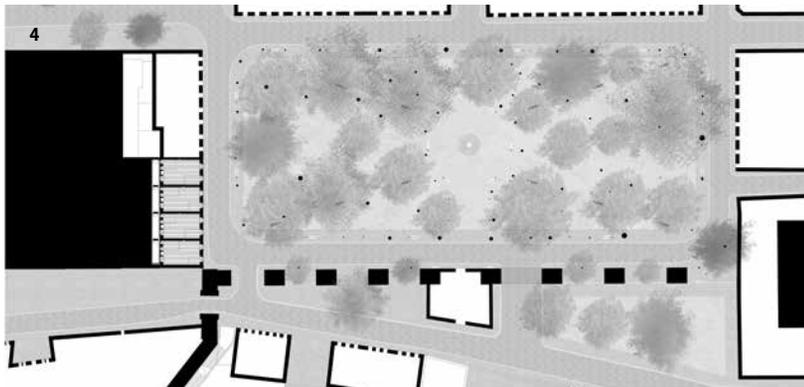
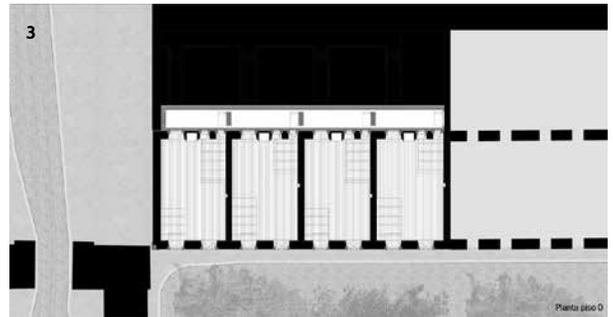
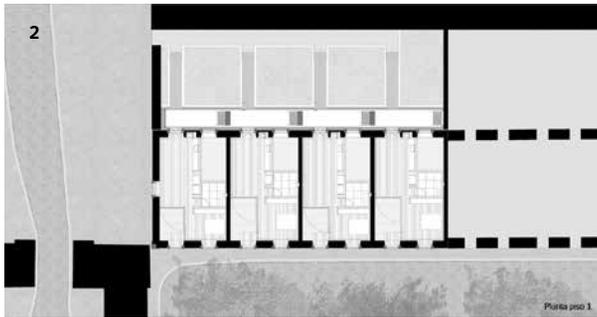
Superando a sua vocação habitacional, esta área da cidade receberia na década que se seguiu à revolução de 25 de abril de 1974 o Complexo das Amoreiras, desenhado por Tomás Taveira (n. 1938), integrando um programa misto de habitação, comércio e escritórios. Esta ‘ilha’ multifuncional ocuparia a totalidade dos terrenos do antigo terminal da Companhia Carris que ali se havia implantado desde 1937, relançando aquela área de Lisboa segundo os princípios da economia

liberal e da cultura pós-moderna. Na proximidade dos principais nós rodoviários, a zona das Amoreiras assumiria o papel de centro de negócios, transformando-se numa espécie de CBD (*Central Business District*), em linha com as práticas internacionais das capitais dos países industrializados. A implementação destas políticas urbanas implicou uma transformação muito acentuada na morfologia da colina das Amoreiras, visível tanto na introdução de novas infraestruturas rodoviárias, como na sobreposição dos novos empreendimentos aos estratos urbanos anteriores. O eclodir dos investimentos na área Oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo ao tecido urbano das Amoreiras, sobretudo no que se refere à especialização nas áreas do comércio e serviços, com que se pretendia afirmar.

3. Os trabalhos dos Estudantes

Os vários ciclos associados às políticas económicas estratégicas da cidade de Lisboa, estão na base de leitura do “palimpsesto” (Corboz, 2011) que, tal como André Corboz (1928-2012) sugere, qualifica metaforicamente o território. Alguns dos fragmentos que modelam a cidade naquele local serviram de argumento às intervenções dos estudantes. Entre os vários trabalhos desenvolvidos elegemos três: um deles correspondente a uma intervenção na ala norte do antigo Bairro das Águas Livres (atualmente Jardim das Amoreiras), ou outro correspondente à reabilitação e edifícios e anexos no interior de quarteirão da Travessa do Barbosa e por fim uma intervenção nas Vilas Reis e Sérgio, já referidas, implantadas no topo da colina junto ao Complexo das Amoreiras.

A intervenção nas casas ala norte do antigo Bairro das Águas Livres, desenvolvida por Jorge Silva, estendeu-se ao tratamento do espaço público correspondente ao próprio Jardim das Amoreiras. O desenho deste antigo terreiro produtor de alimento aos bichos-da-seda foi perdendo a sua vocação inicial, bem como a predominância das árvores que lhe deram nome, ganhando em contrapartida, a partir do limiar do século XX, a expressão dum jardim romântico, com percursos orgânicos definidos pelos gradeamentos que protegem as áreas ajardinadas. As construções que a norte delimitam o jardim correspondem a antigas casas operárias, estruturadas em dois níveis – o inferior destinado a oficina e o superior habitacional. Segundo o projeto, a tipologia inicial seria mantida, reforçando-se as intenções da intervenção através do prolongamento do espaço do jardim até ao interior das antigas oficinas existentes no nível térreo. Com base neste argumento, o interior dos edifícios seria requalificado, através da manutenção do sistema métrico e estrutural pombalino, projetando-se quatro novas habitações. A integração entre o edificado e o jardim passaria por uma requalificação deste último, realizada de modo sensível, devolvendo-lhe a vocação de terreiro através de uma nova pavimentação, conjugada com a plantação de novas *Morus* (amoreiras) e com a manutenção do mobiliário urbano existente (bancos e iluminação pública).



1. Jorge Silva – Secção transversal pela Rua das Amoreiras e logradouros dos edifícios pombalinos da ala norte do Jardim das Amoreiras.

2. Jorge Silva – Planta do nível inferior dos edifícios da ala norte do Jardim das Amoreiras.

3. Jorge Silva – Planta do nível superior dos edifícios da ala norte do Jardim das Amoreiras.

4. Jorge Silva – Planta geral da intervenção no Jardim das Amoreiras

5. Planta Topográfica de Lisboa, 1780 (Arquivo CML)

6. Jorge Silva – Secção Geral pelo Jardim das Amoreiras e edifícios intervencionados.



O interior de quarteirão localizado entre a Rua Silva Carvalho e a Travessa do Barbosa foi o local de intervenção escolhido por Mariana Brandão, para a realização de quatro novas habitações (trabalho distinguido com o Prémio Archiprix, 2014). O antigo pátio operário existente nas traseiras dos edifícios voltados para a Travessa do Barbosa, encontra-se hoje totalmente degradado e descaracterizado. Pesquisando o projeto original de 1888, foi possível concluir que, tanto os dois edifícios voltados para a frente de rua, como as construções anexas, teriam sido idealizadas para serem construídas ao mesmo tempo – tendo o projeto sido apenas cumprido no que respeita ao edificado principal. O elevado estado de degradação do conjunto impede as vistas e fruição do espaço ajardinado que define o extenso logradouro a tardoz. A intervenção privilegiou a reabilitação dos edifícios principais e a construção de um novo corpo anexo, capaz de estabelecer relações de continuidade entre a Travessa do Barbosa, e o jardim oculto no miolo do quarteirão. A nova construção, que comporta as quatro habitações, caracteriza-se por um único volume que, com base no seu revestimento integral em chapa metálica ondulada negra, se anula em relação ao contexto, devolvendo o protagonismo à envolvente. A leveza e descrição da nova construção, contrasta com a permanência dos edifícios existentes, onde foram integradas áreas comunitárias abertas ao uso dos novos habitantes.

7. Mariana Brandão – Secção pelo miolo do quarteirão da Travessa do Barbosa e conjunto edificado a reabilitar.

8. Mariana Brandão – Secção pelo miolo do quarteirão da Travessa do Barbosa e conjunto edificado a reabilitar.

7



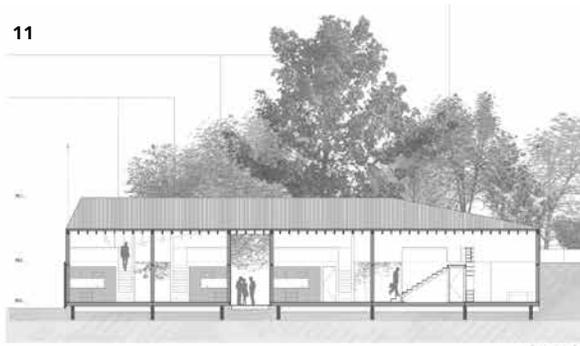
8



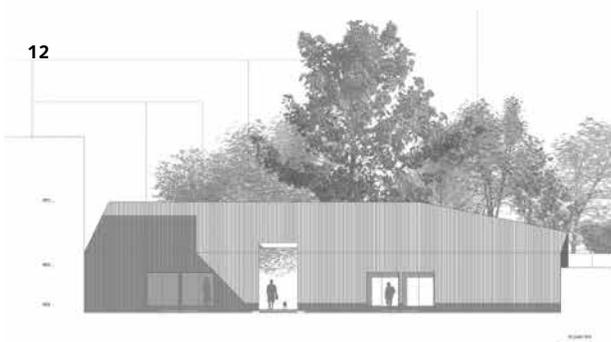
10



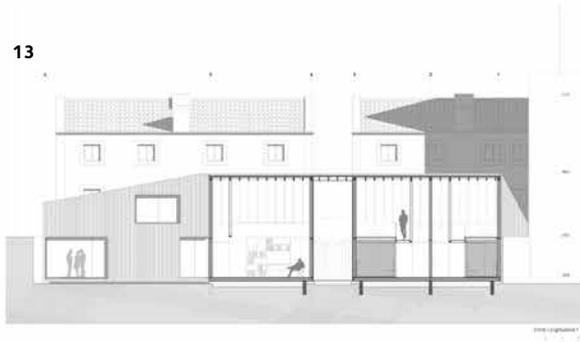
11



12



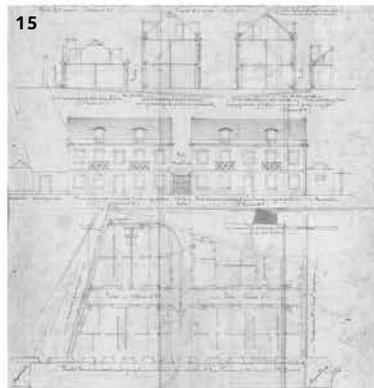
13



14



15



16



9. Mariana Brandão – Alçado do edifício da Travessa do Barbosa.
 10. Mariana Brandão – Secção longitudinal pela construção anexa a introduzir no miolo do quarteirão da Travessa do Barbosa.

11. Mariana Brandão – Alçado da construção anexa a introduzir no miolo do quarteirão da Travessa do Barbosa.
 12. Mariana Brandão – Secção longitudinal pela construção anexa a introduzir no miolo do quarteirão da Travessa do Barbosa.

13. Mariana Brandão – Fotografia aérea da área de intervenção.
 14. Desenhos do arquivo da CML relativos ao edifício da Travessa do Barbosa em 1888.
 15. Planta relativa à área de intervenção, arquivo da CML, 1950.

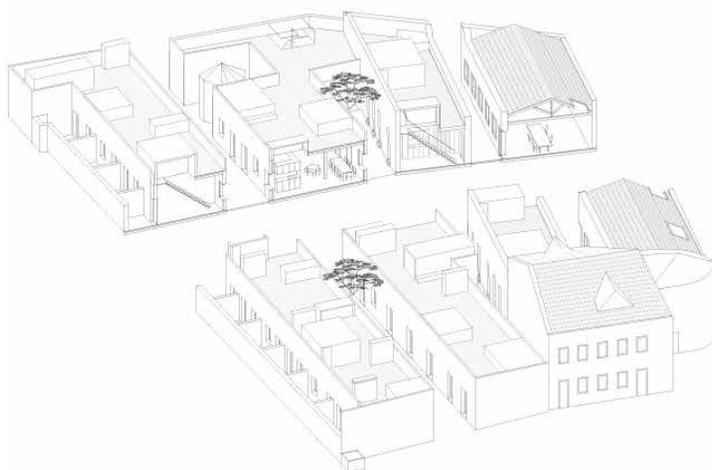
As Vilas Reis e Sérgio encontram-se situadas na proximidade do Complexo das Amoreiras. A reintegração deste conjunto projetado em 1887, corresponde a um projeto de Maria Pommerenke que teve como base programática a criação de habitação para uma geração sénior, acima dos 50 anos. O conjunto edificado das Vilas, em estado parcial de ruína, associa a casa do proprietário e áreas habitacionais operárias distribuídas por três alas, a uma pequena unidade fabril desativada de produção de meias e ligas. O projeto de reintegração urbana da Vila Sérgio, Vila Reis, resultou de uma estratégia urbana e social para a Colina das Amoreiras. Nesta área da cidade de Lisboa coexistem malhas urbanas sobrepostas, criando entre si contrastes e ambiguidades. As vilas operárias construídas no século XIX fazem parte da primeira malha construída, apresentando-se hoje em dia com um papel secundarizado, absorvidas por edifícios de grande escala. O projeto de intervenção consistiu numa reabilitação do conjunto edificado, contrapondo a sua escala aos edifícios de grande porte que definem atualmente a Colina das Amoreiras – Complexo Amoreiras, Amoreiras Plaza, etc.

16. Maria Pommerenke – Secção axonométrica relativa à intervenção nas Vilas Reis e Sérgio.

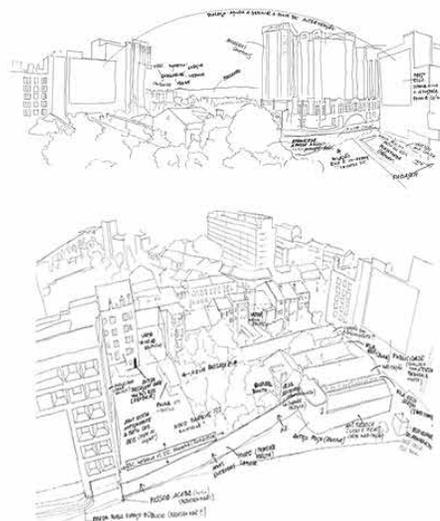
17. Maria Pommerenke – Esquissos realtivos ao projecto.

18. Maria Pommerenke – Diagramas explicativos do conceito de intervenção nas Vilas Reis e Sérgio.

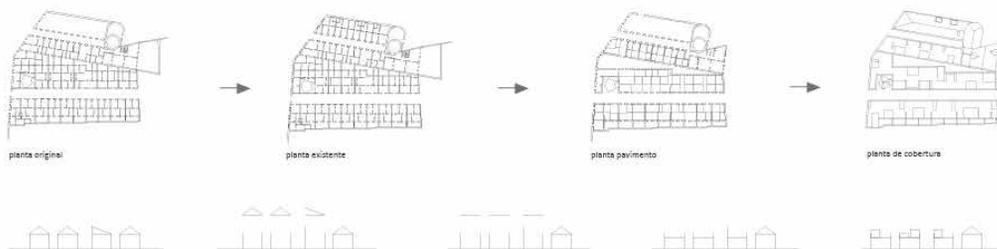
16



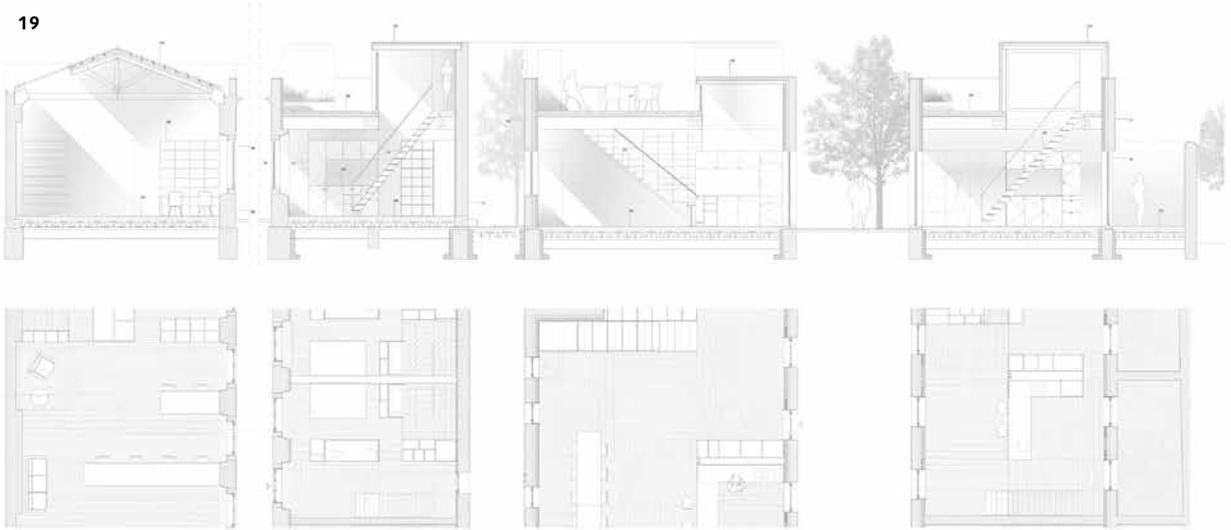
17



18



19



20



21



19. Maria Pommerenke – Plantas e Secções de vários momentos do projecto de intervenção nas Vilas Reis e Sérgio.

20. Maria Pommerenke – Fotomontagem realtiva à intervenção proposta para as Vilas Reis e Sérgio

21. Maria Pommerenke – Simulação da atmosfera interior do projecto nas Vilas Reis e Sérgio

4. Conclusão

A operação desencadeada em conjunto com os estudantes permitiu clarificar estratégias pedagógicas e debater as problemáticas patrimoniais no contexto contemporâneo.

A metodologia dos projetos de arquitetura elaborados para a Colina das Amoreiras abriu campo, para uma certa consciência arqueológica que alimentou a orientação dos ensaios realizados pelos estudantes. Não obstante o fator historiográfico inerente ao conhecimento do sítio, a dimensão arqueológica foi tratada no sítio de Michel Foucault (1926-1984), ou seja, enquanto instrumento discursivo (Cf. Foucault, 1998) que permite a construção de um sistema de leitura e relação dos fragmentos presentes naquele lugar e de articulação da sua existência e genealogia. Foi sobre este mapa que se depositou, à luz de um programa específico, uma ação transformadora baseada no idealismo (Cf. Pinto, 2011) dos próprios estudantes.

Território, património e ideologia surgem deste modo fundidos numa única matéria de projeto, revelando-se esta fusão como 'húmus' para a reconfiguração daquele sítio e como substrato de reflexão sobre as ações a desencadear no mundo contemporâneo.

Referências

- "Capela de Nossa Senhora de Monserrate / Igreja de Nossa Senhora de Monserrate" em SIPA, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12691, em junho de 2014.
-
- Corboz, André (2011). Território como palimpsesto. In José Manuel Rodrigues (Coord.) *Teoria Crítica de Arquitetura do Século XX* Caleidoscópio, Casal de Cambra.
-
- Foucault, Michel (1998). *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Edições 70.
-
- Pereira, Nuno Teotónio (1994). Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, XXIX (127) em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>, em maio, 2014.
- Pinto, Paulo Tormenta (2015). Fundação e Arqueologia – Contexto e discurso do território Contemporâneo. Texto correspondente a lição apresentada para a obtenção do título de agregado, ISCTE-IUL.
-
- Pinto, Paulo Tormenta (2013). Representação e Cidadania – A Unidade Curricular de Projeto Final em Arquitetura no ISCTE-IUL. In *Atas do 2º PNUM – Portuguese Network of Urban Morphology*, Coimbra, 27-28 junho na Universidade de Coimbra.
-
- Pinto, Paulo Tormenta (2011). Temáticas e Reflexões sobre o Ensino de Projecto no Último Ano de Formação – O caso do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. In *V Projetar – Processos de Projeto: Teorias e Práticas*, 25 a 28 de outubro, Belo Horizonte. *Revista Arquitetura* (1959), 65.
- Rossa, Walter (1998). *Além da Baixa – Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, ed. Walter Rossa e IPPAR, Lisboa.
-
- Silva, Moreira da (2013). Discurso do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia na apresentação da Proposta de Lei de Bases da Política dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo.
-
- Assembleia da República, 29 de novembro de 2013* em <http://www.portugal.gov.pt/media/1260164/20131129%20maote%20lei%20solos.pdf>, em junho de 2015.